

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9339 | Salvador, segunda-feira, 22.06.2026

Presidente em exercício Elder Perez



CAMPANHA SALARIAL



Na Caixa e no BB foram três dias de intensos debates para fechar a pauta de reivindicações. Nos dois congressos a certeza de que o cenário é difícil, mas a mobilização é capaz de garantir avanços. No Conecef, um dos momentos mais marcantes foi a participação, virtual, de Emanuel Souza, titular da CEE/Caixa e atualmente afastado por questão de saúde

A pauta é a vida

Saúde mental, previdência, metas abusivas e a defesa de direitos históricos dominaram os debates dos congressos nacionais dos empregados da Caixa e dos funcionários do BB e dos bancos privados. As discussões encerram uma etapa decisiva da

construção da campanha salarial e reforçam que a luta vai muito além das questões econômicas: envolve qualidade de vida e condições dignas de trabalho.

Página 3



Agência fica em Macururé

Liminar impede banco de retirar o serviço bancário do município

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br

A REIVINDICAÇÃO da população de Macururé e a mobilização do Sindicato da Bahia garantiram uma importante vitória contra mais uma tentativa de desmonte dos serviços bancários no interior do Estado. A Justiça determinou que o Bradesco mantenha em funcionamento a única unidade do município, barrando uma decisão que deixaria milhares de moradores sem atendimento presencial.

A liminar impede o fechamento do posto de atendimento do Bradesco em Macururé, previsto para sexta-feira passa-

da. A decisão é da A 1ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Chorrochó, no Vale do São Francisco.

A medida atende a solicitação de toda a comunidade local e do Sindicato, que denunciaram os impactos sociais do fechamento por meio de mobilizações, manifestações e ações judiciais. Caso o encerramento fosse concretizado, a população ficaria obrigada a se deslocar até Chorrochó para acessar serviços bancários básicos.

Os dois municípios estão separados por mais de 34 quilômetros, distância que afeta especialmente aposentados, idosos e moradores com dificuldade de locomoção. O diretor do Sindicato, Ronaldo Ornelas, destaca que 90% dos clientes atendidos em Macururé pertencem a esse público.

A Justiça ainda determinou que o Bradesco não encerre, transfira ou reduza a estrutura física de atendimento. O banco também deve manter os serviços bancários ordinários de forma ininterrupta.



Prefeito Bergue de Josias pede apoio ao Sindicato



Itaú condenado por fraude de terceirizada

O ITAÚ foi condenado pela Justiça do Trabalho a indenizar funcionários prejudicados por esquema de terceirização fraudulenta. A decisão determina o ressarcimento dos trabalhadores e o pagamento de R\$ 1 milhão por dano moral coletivo. A prática atingiu empregados de quase mil agências em todo o país.

A condenação envolve a Financeira Itaú, segmento responsável por operações de crédito, cartões e financiamentos, acusada de classificar como "correspondentes bancários" funcionários que cumpriam funções permanentes e essenciais às atividades substanciais ao banco Itaú. A classificação trapaceira impediu que os funcionários recebessem os direitos previstos pela categoria, como a jornada de

seis horas diárias.

O caso tramita há cerca de uma década. A primeira condenação ocorreu em 2016 e, após contestações, o processo transitou em julgado, ou seja, quando não cabe mais recurso. Em decisão publicada na segunda-feira, a Justiça reconheceu a existência de terceirização ilegal que retirou direitos trabalhistas de milhares de funcionários e condenou o ressarcimento a cada colaborador lesado, além de indenização milionária por danos morais.

A decisão representa uma das maiores vitórias judiciais envolvendo direitos trabalhistas no sistema financeiro e reforça o entendimento da Justiça de que a terceirização não pode ser utilizada para reduzir garantias asseguradas aos trabalhadores.

NR-1, mais proteção ao trabalhador

A ATUALIZAÇÃO da NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1), sem dúvida alguma, representa um importante avanço na proteção da saúde mental dos trabalhadores. A regra determina que as empresas passem a identificar, avaliar e prevenir riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

Entre os fatores que devem

ser monitorados estão o assédio moral e sexual, a pressão excessiva por metas, a sobrecarga de trabalho e outras práticas que podem provocar adoecimento físico e emocional. As empresas precisam incluir esses riscos nos programas de gestão e adotar medidas de prevenção.

Para a categoria bancária,

a mudança tem relevância especial diante dos elevados índices de afastamento por transtornos mentais relacionados ao trabalho. O reconhecimento desses fatores como riscos ocupacionais fortalece a luta por condições de trabalho mais saudáveis.



Caixa: saúde e remuneração

Metas, adocimento e o convênio médico dominaram o Conecef

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br



Empregados debatem demandas e definem prioridades no 41º Conecef

A REMUNERAÇÃO variável, a defesa do Saúde Caixa e a saúde mental estiveram entre os principais temas debatidos no 41º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa). As discussões reforçam a necessidade de enfrentar os problemas que afetam diretamente as condições de trabalho nas unidades do banco.

A crescente pressão exercida pelos programas de remuneração variável, especialmente após a implantação do Super Cai-

xa, foi um dos pontos centrais. O programa amplia a cobrança por resultados, eleva as metas e intensifica a sobrecarga física e emocional, estimulando a competitividade interna e precarizando o ambiente de trabalho.

Os delegados reforçaram, no entanto, que os programas não podem ser confundidos com

a PLR (Participação nos Lucros e Resultados), uma conquista histórica garantida pela luta sindical e prevista na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho). Diferentemente da remuneração variável, a PLR distribui parte dos resultados obtidos pelo banco sem impor metas individuais abusivas nem apro-

fundar a pressão.

A saúde mental também foi destaque. Pesquisa apresentada durante o Congresso revela um cenário preocupante: 85% dos empregados relataram sintomas de ansiedade, 64% convivem com estresse, 58% já precisaram se afastar por questões relacionadas à saúde mental e o mesmo percentual informou ter diagnóstico de depressão. Além disso, 61% afirmam não receber apoio institucional adequado.

A defesa do Saúde Caixa e a necessidade de retirar o teto de 6,5% da folha de pagamento, mecanismo que limita a participação do banco no custeio do plano e transfere uma parcela cada vez maior das despesas para os empregados, também é prioridade na campanha salarial.

Cassi é prioridade no BB

A SUSTENTABILIDADE e o futuro da Cassi estiveram entre os principais temas debatidos no 36º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, que terminou na sexta-feira. O encontro reúne bancários de todo o país para discutir propostas que garantam a manutenção e o fortalecimento da assistência médica.

Acompanhando de perto as discussões, o diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia, Fábio Ledo, destaca a importância da participação da categoria na defesa de um dos maiores patrimônios dos funcionários do BB.

Durante o debate, diretores da Cassi apresentaram avanços

previstos no Plano de Gestão 2024-2028, com foco na sustentabilidade financeira, ampliação da rede credenciada e fortalecimento da Atenção Primária à Saúde. Entre os dados divulgados, chama atenção o crescimento de 108,18% da rede de prestadores de serviço entre 2024 e 2025, passando de 844 para 1.757 unidades. A expansão foi maior no interior, chegando a 123,55%.

Segundo informações, 96% dos pedidos de autorização são analisados em até três dias. Agora a meta é elevar a satisfação geral dos associados de 69% para 75%. A diretora de Risco Populacional, Saúde e Rede de

Atendimento da Cassi, Luciana Bagnó, reforçou que as ações da nova gestão têm como prioridade ampliar o acesso e melhorar a experiência dos usuários.



Previ forte e transparente

A COMUNICAÇÃO permanente com os associados, a transparência e a inovação tecnológica são pilares fundamentais para manter a Previ forte e preparada para os desafios do futuro. O tema foi debatido no Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

Durante o evento, os diretores eleitos reforçaram a importância de uma escuta ativa e do compromisso de aproximar cada vez mais a entidade dos associados, garantindo cuidado e segurança financeira.

Os números demonstram a solidez da Previ. A entidade alcançou a marca histórica de R\$ 300 bilhões em ativos totais,

considerando todos os planos administrados.

A inovação tecnológica também é destaque. Entre as novidades está a evolução do *chatbot Previ*, que passa a oferecer assessoria escrita diretamente pelo *WhatsApp*, tornando o atendimento mais ágil e acessível.

Outros dados chamam atenção. Atualmente, a Previ conta com 175 associados com mais de 100 anos de idade e cerca de 4 mil participantes entre 90 e 99 anos. Apesar de se manter robusta, os participantes alertaram para a necessidade de ampliar a divulgação dos benefícios da previdência complementar entre os funcionários.



Depois de 3 dias de debates, pauta é aprovada no BB

Dinheiro sem retorno

Bruno Reis quer mais verba para empresas, enquanto os ônibus seguem sucateados

FABIANA PACHECO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A PREFEITURA de Salvador quer destinar até R\$ 80 milhões em subsídios às empresas que operam o transporte público da capital. A proposta, enviada em regime de urgência à Câmara Municipal, prevê R\$ 75 milhões para as concessionárias de ônibus e outros R\$ 5 milhões para o Subsistema de Transporte Especial Complementar.

A justificativa seria evitar novo aumento da tarifa, atualmente em R\$ 5,90. No en-

tanto, o projeto não estabelece contrapartidas concretas para melhorar o péssimo serviço prestado à população. Quem depende do transporte público em Salvador passa aperto.

Nos últimos anos, diversas linhas foram extintas ou tiveram os trajetos reduzidos, obrigando milhares de usuários a recorrer ao metrô. O resultado é um sistema sobrecarregado, com estações e vagões lotados nos horários de pico, além de longas esperas e deslocamentos mais demorados.

Enquanto isso, aumenta a insatisfação com a qualidade do serviço, a insuficiência da frota e as dificuldades enfrentadas diariamente pelos trabalhadores que dependem do transporte coletivo para se deslocar pela cidade.

O secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, Augusto Vasconcelos, critica a proposta. “Estamos falando de R\$ 80 milhões pagos com os impostos da população, enquanto milhares de pessoas enfrentam longas esperas nos pontos, superlotação e dificuldades para acessar o sistema”. O Projeto de Lei nº 172/2026 deve ser analisado pela Câmara Municipal nos próximos dias.



Verdadeiro retrato do abandono que a Prefeitura de Salvador esconde

Avanço na proteção às mulheres

O BRASIL começa a colher os primeiros resultados de uma política pública voltada ao enfrentamento da violência de gênero. Entre abril e maio, os casos de feminicídio caíram 11,45% em relação ao mesmo período de 2025, aponta dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A redução mostra que o combate à violência contra as mulheres depende de ações coordenadas para enfrentar uma desigualdade histórica e estrutural.

Na prática, são menos 30 mulheres assassinadas por condições de gênero. Em abril, a redução foi maior, de 142 para 108 no número dos casos, ou seja, redução de 23,94% em relação ao mesmo mês de 2025.

A queda acontece justamente depois de o governo Lula ter lançado o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, os dados reforçam a importância da atuação

articulada entre os diversos órgãos envolvidos na proteção das mulheres.

As ações do governo Lula não param por aí. Tem ainda a segunda edição da Operação Mulher Segura, com foco no enfrentamento à violência contra a mulher e prevenção ao feminicídio. Nos primeiros 15 dias de atividade, foram efetuadas 630 prisões relacionadas e mais de 2 mil mulheres acolhidas.



Casos de feminicídio caíram 11,45% em 2 meses



SAQUE

Rogaciano Medeiros

PELA LEGALIDADE A questão do senador Jaques Wagner e o suposto envolvimento com o banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, deve seguir o trâmite legal estabelecido pelo Estado democrático de direito. Se há provas concretas, objetivas, que ele preste conta à Justiça pelo ilícito, tratamento a ser adotado a todo cidadão. Do contrário é vazamento seletivo com fins eleitoreiros.

MUITO DIFERENTE Há uma diferença considerável nos casos do envolvimento de Jaques Wagner e Flávio Bolsonaro com o Banco Master. As investigações mostram o presidencialismo do PL falando direto com o banqueiro Daniel Vorcaro, pedindo dinheiro. Com o líder do governo, a situação é bem diferente, pois o que se especula é favorecimento indireto via o empresário Augusto Lima.

FALSO ARGUMENTO A operação de busca e apreensão em endereços do senador Jaques Wagner (PT-BA) desmonta totalmente a argumentação falaciosa do clã Bolsonaro e coligados, de que a PF estaria aparelhada e só investiga a oposição. A realidade dos fatos desmascara mais uma *fake news* bolsonarista. A desinformação é a grande arma política da extrema direita. Só engana tolo.

DIFÍCIL DEMAIS Embora inconveniente para o campo progressista, dificilmente a acusação de que Jaques Wagner, líder do governo no Senado, teria sido beneficiado indiretamente pelo Banco Master terá potencial para interromper a trajetória de crescimento da reeleição de Lula na corrida presidencial. O fato de serem correligionários não comprova cumplicidade.

PRESERVAR LULA Independentemente da veracidade das acusações e dos desdobramentos dos fatos, o melhor mesmo seria Jaques Wagner entregar a liderança do governo no Senado, para evitar respingos na campanha de reeleição de Lula e também ficar com mais tempo e tranquilidade para trabalhar melhor a defesa.